PÓS-GRADUAÇÃO

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM NÍVEL DE ESPECIALIZAÇÃO:

“POLÍTICAS PÚBLICAS”

SÃO PAULO
2027

SUMÁRIO

SUMÁRIO ..... 2 e 3

1. SOBRE O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS 4
1.1 Justificativa do curso 4
1.2 Objetivos do curso 4

2. DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DO ESTUDANTE A SER FORMADO 5

3. MATRIZ CURRICULAR ..... 6 e 7
3.1 CORPO DOCENTE 7

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO ..... 8, 9, 10, 11, 12 e 13
4.1 Início das atividades acadêmicas 8
4.2 Número de funcionários administrativos disponíveis para o curso 8
4.3 Infraestrutura e instalações físicas da biblioteca, bem como seu acervo físico e/ou eletrônico, formas de acesso e de atendimento presencial ..... 8, 9 e 10
4.4 Previsão de atividades e estudos individuais ou em grupo 10
4.5 Forma de Ingresso 10
4.6 Exigência para matrícula ..... 10 e 11
4.7 Público alvo 11
4.8 Dias da semana e horário de aulas/ carga horária/número de vagas/Período 11
4.9 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) 12
4.10 Plano e formas de orientação do Trabalho de Conclusão do Curso ..... 12 e 13

SUMÁRIO

5.MANUAL DO ALUNO 14

6.RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS 15

7.EXIGÊNCIAS PARA CERTIFICAÇÃO 16

ANEXO I - LINK PARA ACESSO AO CURRÍCULO LATTES E MINI CURRÍCULO DO CORPO DOCENTE ..... 17, 18 e 19

ANEXO II – EMENTAS DAS DISCIPLINAS ..... 20 a 42

1. SOBRE O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

1.1 Justificativa do curso

A complexidade da gestão pública nas metrópoles brasileiras indica que devemos formar novas lideranças civis e governamentais com foco no principal enfrentamento do poder público hoje, que é a questão das desigualdades. Em caráter de estudo de caso que inspirou o curso, principalmente a sua franja periférica e região metropolitana, a cidade de São Paulo tem ainda muitos passivos de serviços e estruturas públicas para alcançar o que se entende como uma cidade justa e sustentável. A necessidade de termos gestores qualificados para enfrentar esse desafio é uma preocupação central do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que em resposta está desenvolvendo um Observatório de Políticas Públicas a fim de identificar questões pertinentes ao que podemos chamar de uma política pública efetiva e equânime. Estabelecer novos parâmetros através de dados e indicadores gerados por diversos órgãos públicos e pelo próprio TCMSP contribuirá para a tomada de decisão, o planejamento e as ações dos futuros gestores e agentes públicos, com a finalidade de incentivar as políticas públicas exitosas.

1.2 Objetivos do curso

A Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo orienta suas ações formativas para os servidores do próprio TCMSP, para os jurisdicionados - os servidores públicos municipais, e para a sociedade em geral, com ênfase ao aperfeiçoamento da administração pública do município de São Paulo. Neste sentido, o Curso de Especialização em “Políticas Públicas” terá o papel especial de oferecer aos pós-graduandos um conjunto de ferramentas teórico-metodológicas, vivências e reflexões para que melhor exerçam o controle externo, o controle interno e o controle social das políticas públicas. Para tanto serão desenvolvidas competências – conhecimentos, habilidades e atitudes, estruturadas em oitos disciplinas obrigatórias de fundamentação e formação geral em Políticas Públicas.

2. DESCRIÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL DO ESTUDANTE A SER FORMADO

O pós-graduando oriundo de qualquer área de conhecimento em graduação deverá desenvolver competências – conhecimentos, habilidades e atitudes para analisar, avaliar e fomentar o controle de políticas públicas ao percorrer a trilha de aprendizagem de disciplinas do curso, com ênfase às visitas de campo, vivências, aos estudos de caso, à pesquisa e à extensão, sob o princípio das metodologias ativas.

Competências a serem desenvolvidas nas disciplinas obrigatórias:

1. Fundamentos de Políticas Públicas: compreender os fundamentos teóricos, técnicos e empíricos das políticas públicas;
2. Economia, Administração e Políticas Públicas: compreender os fundamentos econômicos e fazer a reflexão crítica sobre a administração e as políticas públicas;
3. Direito e Políticas Públicas: compreender e difundir o Direito às políticas públicas;
4. Pesquisa e Estatística Aplicadas a Políticas Públicas: compreender metodologia de pesquisa, noções de estatística e ter habilidade de aplicá-las às políticas públicas;
5. Análise de Políticas Públicas: compreender e aplicar o marco teórico-conceitual e instrumental de análise ex-ante de políticas públicas;
6. Avaliação de Políticas Públicas: compreender e aplicar o marco teórico-conceitual e instrumental de avaliação ex-post de políticas públicas.
7. Controle Social de Políticas Públicas: compreender o marco teórico, conceitual, legal das instâncias e mecanismos de participação, e promover o controle social;
8. Controle Externo de Políticas Públicas: compreender as atribuições dos Tribunais de Contas e cooperar para as suas áreas de atuação.

Por fim, desenvolver trabalho de conclusão de curso aplicando as competências desenvolvidas.

3. MATRIZ CURRICULAR

Disciplinas, carga horária e professores e titulação:

Disciplinas Obrigatórias	Carga Horária	Professor	Titulação
Fundamentos de Políticas Públicas	45	Suelem Lima Benicio	Mestre
Economia, Administração e Políticas Públicas	45	André Galindo da Costa	Doutor
Direito e Políticas Públicas	45	Luis Eduardo Morimatsu Lourenço	Doutor
Pesquisa e Estatística aplicadas a Políticas Públicas	45	André Galindo da Costa	Doutor
Análise de Políticas Públicas	45	Samira Saleh	Mestre
Avaliação de Políticas Públicas	45	Danilo André Fuster	Mestre
Controle Social de Políticas Públicas	45	Antonia Conceição dos Santos	Doutora
Controle Externo de Políticas Públicas	45	Rosano Pierre Maieto	Mestre

Tutoria e Orientação	90	90 horas do curso serão dedicadas à tutoria e orientação para realização do trabalho de conclusão de curso, de acordo com regulamentação específica disposta nas normas da Escola.	
CARGA-HORÁRIA DO CURSO	450		

3.1 CORPO DOCENTE

O corpo docente é formado por sete professores que também atuam como servidores públicos com dedicação exclusiva à Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

No cômputo geral do corpo docente há três Doutores e quatro Mestres.

A coordenação pedagógica será exercida por André Galindo da Costa, Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, integrante do corpo docente e que institucionalmente responde pela Coordenação da Pós-Graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

No Anexo I, constam os links para acesso aos Currículos Lattes do corpo docente.

4. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

4.1 Início das atividades acadêmicas

Será aberta 1 (uma) turma de 35 discentes, às terças e quintas-feiras, no período noturno (das 19h às 22h30) com início em fevereiro de 2027 e término em julho de 2028. Um sábado por mês, os alunos terão aula em período integral (das 09h às 16h).

4.2 Número de funcionários administrativos disponíveis para o curso

A Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo conta com os seguintes setores e seus respectivos funcionários para atendimento aos alunos:

- Direção Acadêmica da Escola: 01;
- Assessoria Pedagógica: 01;
- Coordenação da Pós-Graduação: 01;
- Expediente Geral (Secretaria): 03;
- Supervisão Administrativa: 07;
- Supervisão de Informática: 02;
- Supervisão de Serviços Gerais: 03;
- Supervisão Jurídica: 01;
- Biblioteca: 05.

Total: 24 funcionários

4.3 Infraestrutura e instalações físicas da biblioteca, bem como seu acervo físico e/ou eletrônico, formas de acesso e de atendimento presencial

A Biblioteca Conselheiro Teófilo de Andrade do Tribunal de Contas do Município de São Paulo atende às necessidades de informação dos Conselheiros, Auditores e demais servidores do Tribunal, além de atender os professores e alunos da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Desde 2018 a Biblioteca está localizada no prédio da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas. Ocupa uma área de aproximadamente 50 m², onde ficam os cinco funcionários, o acervo e o espaço de atendimento ao público.

A biblioteca possui um acervo especializado na área jurídica, com ênfase no Direito Administrativo, mas dispõe também de títulos de outras áreas de atuação como Administração Pública, Economia, Engenharia, Auditoria, Contabilidade, Meio Ambiente, Políticas Públicas e outros. A coleção de periódicos é composta de revistas impressas e

digitais. Possui ainda os Trabalhos de Conclusão de Curso dos alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas que concluíram cursos desde 2010.

O acervo está totalmente informatizado, sendo possível a consulta pelo Catálogo eletrônico dos livros, periódicos, artigos de periódicos, Trabalhos de Conclusão de Curso, Normas Técnicas e Normativos do Tribunal.

Conforme dados do Relatório anual 2021, segue quadro com quantidade do acervo:

Tipo de material	Títulos	Exemplares
Livros	3.476	4427
Livros digitais	215	-
Normas técnicas	216	-
Publicação digital	12	-
Trabalho de Conclusão de Curso	96	96
Trabalho de Conclusão de Curso digital	18	-
Periódicos	113	+ de 10.000
Artigo de jornal digital	2	-
Artigo de revista	8.947	-
Artigo de revista digital	3.071	-
Capítulo de livro	520	-
Capítulo de livro digital	3	-
Legislação (total)	1.044	-

A Biblioteca disponibiliza diversos produtos e serviços para melhor atender seus usuários. O *Caderno de Legislação* publica a íntegra de leis e normas consolidadas e atualizadas, de interesse do Tribunal de Contas, assim como os normativos emitidos pelo próprio Tribunal, o *Sumário Corrente de Periódicos*, que divulga mensalmente os sumários dos números mais recentes dos periódicos recebidos, o *Boletim Informativo* lista as novas aquisições de livros, disponíveis na Biblioteca para consulta e empréstimo.

Oferece ainda, os serviços de atendimento e orientação no uso dos recursos disponíveis, elabora pesquisas bibliográficas em documentos existentes no acervo, instituições afins e bancos de dados eletrônicos, sobre assuntos pertinentes às áreas de atuação do Tribunal e efetua o empréstimo do acervo para servidores do Tribunal e alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas.

Com a Portaria Conjunta entre a Secretaria Geral do Tribunal e a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas nº 01/2019, foi instituído o regulamento para empréstimo de material da biblioteca pelos alunos da pós-graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, permitindo ao aluno a retirada de livros e periódicos, além de envio por e-mail de material digital para o aluno.

A Biblioteca conta com 5 servidores para o atendimento pessoal e apoio aos alunos. Há um computador na biblioteca, com acesso ao catálogo eletrônico para consulta do acervo por parte do usuário. A Biblioteca procura ser referência na prestação de serviços de informação aos seus usuários, por meio de acervo de qualidade e atendimento presencial de excelência.

4.4 Previsão de atividades e estudos individuais ou em grupo

Em cada disciplina serão realizadas pelos alunos atividades de avaliação individuais e em grupos que compreendem: estudos de caso, provas, seminários, trabalhos em grupo e individual, escrita de texto e elaboração de trabalhos escritos.

Como forma de avaliação, também serão considerados critérios como a participação em sala de aula, a realização dos trabalhos demandados ao longo da disciplina e a nota obtida na prova.

4.5 Forma de Ingresso

O ingresso no curso de Especialização em “Políticas Públicas” dar-se-á de acordo com edital oportunamente publicado no Diário Oficial da Cidade de São Paulo. Para ordenar o processo de seleção, a Escola Superior de Gestão e Contas Públicas vai adotar o seguinte procedimento:

- Etapa única, presencial, composta pela elaboração de uma redação dissertativo-argumentativa, em língua portuguesa, com o objetivo de avaliar a motivação do candidato para ingressar no curso, a relação entre sua trajetória acadêmica e profissional e a área de especialização pretendida, bem como seu conhecimento sobre a proposta formativa do curso. A redação deverá contemplar, ainda, uma reflexão sobre trecho da Constituição Federal relacionado à área escolhida, considerando os objetivos e conteúdos do curso.

4.6 Exigência para matrícula

A Escola Superior de Gestão e Contas Públicas não realiza cobrança de taxa de inscrição, matrícula, mensalidade ou quaisquer outras taxas inerentes à realização de exames, requerimentos, certidões, frequência das aulas e do espaço, dentre outras atividades.

Será publicado no site da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas o resultado final da seleção, contendo a lista convocatória para primeira chamada. A comprovação de formação em nível superior é obrigatória na data da matrícula.

No ato da matrícula, acompanhada dos respectivos originais, o candidato deverá apresentar cópia simples de:

(a) Documento de identificação com foto;
(b) Diploma de curso em nível superior.

Em caso de o candidato não possuir diploma de curso em nível superior, deverá apresentar declaração emitida por entidade de nível superior de graduação, atestando a conclusão do curso, comprometendo-se a apresentar a documentação definitiva até o final do curso de pós-graduação.

A relação de candidatos habilitados conterá o dobro do número de vagas, ou seja, 70 (setenta) candidatos, mas serão considerados aprovados e convocados apenas os 35 primeiros classificados para a realização da matrícula.

Em caso de empate, terá preferência o candidato com idade igual ou superior a sessenta anos, nos termos do art. 27, parágrafo único, do Estatuto do Idoso. Persistindo o empate, terá preferência o candidato com maior idade, considerando dia, mês e ano de nascimento.

Será publicada, no site da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas, a lista de vagas remanescentes e a segunda chamada para matrícula.

4.7 Público-alvo

O público-alvo é constituído por servidores do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, servidores públicos municipais e de outros órgãos da federação e membros da sociedade em geral que possuam formação em nível superior em qualquer área do conhecimento.

4.8 Dias da semana e horário de aulas/carga horária/número de vagas/Período

A turma deste curso será oferecida às terças e quintas-feiras no período noturno, das 19h às 22h30. A turma terá aulas aos sábados em período integral (das 09h às 16h) uma vez por mês. Excepcionalmente e mediante comunicação prévia da Escola, aulas ou outras atividades acadêmicas podem acontecer em dias da semana e horários alternativos. Este curso de pós-graduação está estruturada em oito disciplinas obrigatórias com carga horária total de 360 horas e tutoria e orientação com carga horária total de 90 horas. O curso totaliza uma carga horária de 450 horas.

Está previsto a organização de turmas com até 35 vagas.

O curso de Especialização em Políticas Públicas, incluindo o período para o desenvolvimento do TCC, tem duração total prevista de 18 meses, entre fevereiro de 2027 e julho de 2028.

4.9 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O processo de construção do TCC irá iniciar com o desenvolvimento das orientações, nas quais serão disponibilizadas aos alunos todas as ferramentas necessárias, para que o mesmo aplique o rigor científico na produção de seu trabalho.

Salientamos que o tempo dispendido para a produção do trabalho, bem como a sua respectiva orientação, que estará sob a responsabilidade de um professor orientador deste programa, será computada nas 90 horas destinadas à tutoria e orientação.

O objetivo do TCC será apresentar uma trabalho vinculado à uma das disciplinas do curso, com ideias inovadoras e fundamentadas de acordo com os princípios da metodologia científica e que tragam contribuições para a área de estudo.

A avaliação do TCC será feita por banca examinadora, com três membros. Os professores membros da banca vão indicar se o trabalho foi APROVADO ou REPROVADO.

No processo de avaliação dos TCC's, os examinadores deverão levar em consideração o texto escrito, a qualidade da pesquisa realizada, a pertinência temática, os requisitos teóricos e empíricos, a consistência entre a premissa do trabalho e a conclusão oferecida, a exposição oral e a resposta às arguições realizadas. O trabalho será APROVADO ou REPROVADO a partir de avaliação dos membros da banca de TCC.

4.10 Plano e formas de orientação do Trabalho de Conclusão do Curso

O Trabalho de Conclusão de Curso é obrigatório para todos os alunos como requisito para conclusão do curso e obtenção do certificado. O tema do trabalho é de escolha do aluno, de acordo com os assuntos desenvolvidos no curso.

90 horas da carga horária do curso serão dedicadas à tutoria e orientação para realização do Trabalho de Conclusão de Curso, de acordo com regulamentação específica disposta nas normas da Escola.

A orientação do TCC é realizada pelo professor orientador após a conclusão do período regular de aulas de todas disciplinas. Todo aluno terá direito ao acompanhamento de um professor orientador no processo de desenvolvimento do TCC.

O TCC consiste na elaboração de trabalho acadêmico na forma de artigo científico, dentro de padrões científico-metodológicos, sendo válidas as mais variadas técnicas e métodos de pesquisa.

São competências do professor orientador:

- Atender o aluno em dias e horários previamente fixados;
- Acompanhar o trabalho, registrando as ocorrências pertinentes e necessárias;
- Auxiliar na delimitação do tema;
- Auxiliar no estabelecimento do problema de pesquisa, hipótese, objetivos e justificativa;
- Auxiliar na definição de bibliografia e estratégia de desenvolvimento de pesquisa empírica;
- Orientar a elaboração do trabalho com rigor teórico e metodológico;
- Auxiliar o aluno na resolução de problemas conceituais;

- Comunicar a Coordenação do curso sobre possíveis irregularidades quanto ao processo de orientação, não cumprimento de datas e compromissos pelo aluno à Coordenação do Curso;
- Ser o mediador no processo de desenvolvimento do trabalho;
- Verificar a possibilidade de existência de plágio, pois além de ser um crime, o plágio comprovado levará o aluno ao resultado de reprovação no TCC.

O aluno escolherá o tema de seu TCC dentro dos assuntos pertinentes ao curso. O tema do trabalho será desenvolvido pelo aluno sob orientação. Os alunos receberão uma lista com o nome dos professores orientadores e seus respectivos temas de interesse para orientação e endereço de e-mail.

O aluno deve enviar um e-mail ao professor manifestando o interesse em ter o seu acompanhamento na forma de orientação para o desenvolvimento do TCC em determinado tema. O professor deve manifestar, por e-mail, o aceite em orientar o trabalho, o que formaliza o processo de orientação.

O aluno terá uma reunião inicial com o professor com a finalidade de discutirem o projeto de pesquisa, expor-lhe o planejamento de trabalho e solicitar apoio para a realização do trabalho.

As reuniões periódicas deverão ser agendadas pelo aluno com o professor orientador para o acompanhamento do desenvolvimento do trabalho. Essas reuniões deverão ser agendadas com o professor orientador de acordo com a disponibilidade deste.

O aluno nunca deve participar de uma reunião com o professor orientador sem estar preparado para a mesma, ou seja, não comparecer a uma reunião sem antes formular as questões, dúvidas e/ou apresentar o que solicitado pelo orientador anteriormente.

O orientador realizará orientação efetiva (atendimento ao aluno), correção de fichamentos e/ou textos entregues pelo aluno e subsídios ao aluno referentes à apresentação do TCC à banca. O trabalho deverá estar de acordo com as diretrizes para a elaboração do TCC para cursos de especialização que se encontra no site da Escola. A programação de datas e atividades estabelecidas pelo professor orientador devem ser atendidas rigorosamente pelo aluno, pois fazem parte do conjunto de informações e prazos estabelecidos dentro do planejamento oficial para o desenvolvimento do TCC.

5.MANUAL DO ALUNO

Será disponibilizado na primeira semana de aula ao corpo discente o Manual do Aluno em que estarão previstas informações imprescindíveis para o cumprimento das exigências pedagógicas deste programa, tais como: situações de abono de faltas, processo de desistência ou desligamento, requisitos e orientações para elaboração do TCC, direitos e deveres do discente, outorga do certificado de conclusão do curso, regime disciplinar, entre outras informações relevantes.

6.RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

As aulas irão transcorrer em sala equipada com diversos recursos, tais como: projetor multimídia, telas, quadros brancos e microcomputador. Adicionalmente, em todas as salas de aula há equipamento de ar- condicionado, telefone e acústica adequada.

7.EXIGÊNCIAS PARA CERTIFICAÇÃO

A conclusão do curso dar-se-á quando o aluno:

a) for aprovado com nota final mínima 7,0 em cada disciplina;
b) obtiver frequência mínima de 75% em cada disciplina;
c) apresentar no prazo estipulado o TCC e ser APROVADO pela banca de TCC.

Os alunos aprovados no curso farão jus ao certificado de conclusão do Curso de Especialização, outorgado pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas.

São Paulo, 11 de novembro de 2026.

ANDRÉ GALINDO DA COSTA
Coordenador de Pós-Graduação da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas

GILSON PIQUERAS GARCIA
Diretor-Acadêmico da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas

RICARDO EPAMINONDAS LEITE OLIVEIRA PANATO
Diretor-Presidente da Escola Superior de Gestão e Contas Publicas

ANEXO I - LINK PARA ACESSO AO CURRÍCULO LATTES E MINI CURRÍCULO DO CORPO DOCENTE

André Galindo da Costa

Link para acesso ao currículo lattes:
http://lattes.cnpq.br/2775987294801357

Minicurrículo
Possui graduação em Administração Pública pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009). Licenciado em Administração pela Faculdade de Tecnologia de São Paulo (2011).Mestre em Ciências no Programa de pós-graduação em Mudança Social e Participação Política da Universidade de São Paulo (2014). Fez curso de extensão em nível de mestrado em Desenvolvimento Humano Sustentável pela Università Degli Studi Milano Bicocca, de Milão, Itália (2015). Especialista em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de São Paulo (2017). Doutor em Ciências da Integração da América Latina na linha de Pesquisa de Sociedade, Economia e Estado na Universidade de São Paulo. Atualmente é assessor de gabinete, professor e pesquisador da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Tem experiência na área de Administração Pública, com ênfase em Políticas Públicas, Orçamento Público, Finanças Públicas, Mudança Social e Participação Política.

Antonia da Conceição dos Santos

Link para acesso ao currículo lattes:
http://lattes.cnpq.br/4376581444612175

Minicurrículo
Possui graduação em Serviço Social pela Faculdade de Serviço Social de Lins (1982) mestrado em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2012), especialização em Saúde Pública pela Universidade de Ribeirão Preto - SP (1996) Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É Assistente Social da Prefeitura Municipal de São Paulo. Atualmente exerce o cargo de Assessora/Professora na Escola de Contas do Tribunal de Contas de São Paulo. Membro do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo, membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, membro do Conselho Regional de São Paulo-9 região, membro do Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo. Coordenadora do Conselho Municipal de Saúde de São Paulo. Implantou e coordenou o Conselho Participativo Municipal de São Paulo. Membro do Grupo de Trabalho Democracia Participativa da Escola de Governo de São Paulo. Tem experiência na área de Controle Social e Conselhos de Políticas Públicas.

Danilo André Fuster

Link para acesso ao currículo lattes:
http://lattes.cnpq.br/2775987294801357

Minicurrículo
Possui graduação em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo – USP, mestrado em Gestão de Políticas e Organizações Públicas pela Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP e mestrado em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade de São Paulo - USP. Atualmente é docente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do TCM-SP.

Luís Eduardo Morimatsu Lourenço

Link para acesso ao currículo lattes:
http://lattes.cnpq.br/6546548409394881

Minicurrículo
Graduações em Direito e Filosofia. Mestre em Filosofia (2016) e Especialista em Direito Constitucional (2015) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Especialista em Teoria e Análise Econômica (2024) pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP). Doutor em Filosofia (2022) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Assessor e Docente da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Tem interesse nas seguintes áreas: História da Filosofia austro-alemã; Epistemologia e Filosofia da Ciência (ênfase sobre o desenvolvimento, lógica e metodologia das ciências humanas e sociais no século XIX e início do século XX); Filosofia Política e do Direito; Interpretação Jurídica; Teoria Constitucional contemporânea; Constitucionalismo e Políticas Públicas.

Rosano Pierre Maieto

Link para acesso ao currículo lattes:
http://lattes.cnpq.br/4376581444612175

Minicurrículo
Servidor Público Efetivo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, na carreira de Agente de Fiscalização. Possui graduação em Direito pela Universidade de São Paulo (1999) e Mestrado em Direito Público Universidade Nove de Julho (2019). É professor da Escola Superior de Gestão e Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, onde leciona as disciplinas de Direito Constitucional, Direito Administrativo e Direito Urbanístico, todos nas modalidade presencial ou EAD. É palestrante e professor de Cursos Preparatórios para Concursos Públicos.

Samira Saleh

Link para acesso ao currículo lattes:
http://lattes.cnpq.br/4376581444612175

Minicurrículo
Mestra em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC SP; pós graduação com aperfeiçoamento em Controle Social e Políticas Públicas pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Formada em Licenciatura e Bacharel em Tradução e Interpretação em Língua Portuguesa e Língua Espanhola pela Faculdade Ibero Americana, Pedagogia em Administração Escolar pela UNINOVE, Professora Titular de Educação Infantil e Ensino Fundamental I na Prefeitura de São Paulo desde 1995 e atualmente, atua na Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

Suelem Lima Benício

Link para acesso ao currículo lattes:
http://lattes.cnpq.br/4376581444612175

Minicurrículo
Mestre em Política Pública pelo Programa de Pós-Graduação em Política Pública da Universidade Federal do ABC. Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006). Professora da Escola Superior de Gestão e Contas Públicas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Atuou como Assistente Técnico Pedagógico junto a DOT/Núcleo de Educação Étnico-racial da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo atuando na formulação de políticas públicas para a implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08. Professora de Ensino Fundamental e Médio junto a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo e a Secretaria de Estado da Educação de São Paulo. Principais áreas de atuação: educação, educação básica, políticas públicas, relações étnico-raciais, ensino de sociologia e história.

ANEXO II – EMENTAS DAS DISCIPLINAS

Disciplina	Curso	Horas de aula	Total de encontros	Professor
Economia, Administração e Políticas Públicas	Especialização em Políticas Públicas	45	10	Dr. André Galindo da Costa

JUSTIFICATIVA

A Economia e a Administração são áreas importantes do conhecimento que tem um papel transversal para as políticas públicas. Diante do desenvolvimento tecnológico e as transformações econômicas e sociais dinâmicas da sociedade contemporânea torna-se necessário compreender as fundamentações teóricas e aspectos empíricos relacionados à organização e gestão das instituições públicas, assim como instrumentos de alocação de recursos.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar fundamentos teóricos que permitam uma visão basilar sobre a administração e a economia aplicadas ao campo do conhecimento das políticas públicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01
Introdução à Administração e Economia e apresentação da disciplina.

Aula 02
A origem fiscal-militar dos Estados ocidentais e sua evolução e a ascensão do "homem econômico" e a formação dos Estados modernos.

Aula 03
As relações entre o Estado, as classes sociais e os interesses econômicos coletivos segundo distintas correntes teóricas.

Aula 04
Soberania territorial e capitalismo na origem do sistema capitalista e na atualidade.

Aula 05
A racionalidade econômica, as práticas de distintas racionalidades e o desenvolvimento capitalista. Administração científica: taylorismo, behaviorismo e teoria clássica da administração.

Aula 06
Administração, Burocracia, política fiscal e o poder do Estado.

Aula 07
O Estado de Bem-Estar, o Estado Desenvolvimentista e o impacto da financeirização. Sistema de Produção Fordista e Sistema de Produção Toyotista. Fordismo-keynesianismo.

Aula 08
As diferentes formas de financiamento do Estado.

Aula 09
O debate entre as políticas públicas universalistas e as focalizadas. A economia social e a economia de mercado: aproximações e distinções.

Aula 10
Avaliação e entrega dos trabalhos.

PREVISÃO DE TRABALHOS DISCENTES

Os alunos serão avaliados por um trabalho em grupo que valerá 4,0 pontos e uma avaliação individual que valerá 6,0 pontos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A.J. e NEROSKY, L.C. D**iagnóstico do Processo Orçamentário Federal e Propostas** de **Medidas de Reforma** – Modelos Orçamentários em outros Países – Projeto EuroBrasil 2000. MPOG, Brasília, 2006.

ARRETCHE, Teresa da Silva. Tendências no Estudo Sobre Avaliação. In: RICO, RICO, Elizabeth Melo. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais:** uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2016.

BRASIL. **Organização da Administração Federal e Diretrizes para a Reforma Administrativa.** Decreto Lei 200/67. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0200.htm> Acesso em 16 de novembro de 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Promulgada em 05 de outubro de 1988. Coleção Saraiva de Legislação. São Paulo: Editora Saraiva, 2013

BRASIL. **Lei de Responsabilidade Fiscal. Lei Complementar.** 101 de 2000. < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LCP/Lcp101.htm> Acesso em 16 de novembro de 2015.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.** Secretaria de Orçamento Federal. Manual Técnico de Orçamento MTO. Edição 2016. Brasília, 2015.

CHIAVENATO, Idalberto. **Princípios da administração:** o essencial em teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Editora Elsevier. 2006.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: IPLAN/IPEA. **Para a década de 90:** prioridades e perspectivas de políticas públicas. Brasília: IPLAN/IPEA, 1990. Elizabeth Melo. (Org.). Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

ESPING-ANDERSEN, Gosta.As três economiaspolíticas do WelfareState. **Revista Lua Nova**, n. 24, 1991.

GIACOMONI, James. **Orçamento Público.** 16ª ed. São Paulo, Atlas, 2012.

LEITE, Cirstina Kerches da Silva; PERES, Ursula Dias. Lei de Responsabilidade Fiscal, Federalismo e Políticas Públicas: Um Balanço Crítico dos Impactos da LRF nos Municípios Brasileiros. In: CUNHA, A.S.; MEDEIROS, B.A; AQUINO, L.M.C.. (Org.). **Estado, Instituições e Democracia:** República. 1a. ed. Brasília: IPEA, 2011, v. 1, p. 213-248.

MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à Economia.** São Paulo: Cengage Learning, 2013.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MATUS, Carlos. **Política, Planejamento e Governo.** Brasília: IPEA, 1993.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social.** 1.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo**. 28 ed. São Paulo, Atlas, 2015.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas.** 2. ed. Florianopólis: UFSC, 2012.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas.** 2ª ed. São Paulo, Atlas, 2001.

SANTOS, Maria Paula Gomes. **O Estado e os problemas contemporâneos.** 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

Disciplina	Curso	Horas de aula	Total de encontros	Professor
Pesquisa e Estatística aplicadas a políticas públicas	Especialização em Políticas Públicas	45	10	Dr. André Galindo da Costa

JUSTIFICATIVA

Para desenvolver o Trabalho de Conclusão de Curso em Políticas Públicas, assim como para outras produções acadêmicas e profissionais, é necessário que o aluno domine a Metodologia da Pesquisa Científica. Além disso, para trabalhar com políticas públicas, o estudante deve conhecer as ferramentas estatísticas para análise de dados.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Ao final da disciplina o aluno deve ser capaz de elaborar Projetos de Pesquisa, assim como conduzir pesquisas quantitativas, aplicando técnicas estatísticas em políticas públicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01
Apresentação da disciplina.

Aula 02
O Processo da Pesquisa Científica.

Aula 03
Pesquisa qualitativa.

Aula 04
Pesquisa quantitativa.

Aula 05
Estudo de caso.

Aula 06
Estatística Descritiva (Análise Exploratória de Dados).

Aula 07
Estatística Descritiva (Análise Exploratória de Dados).

Aula 08
Inferência Estatística.

Aula 09
Inferência Estatística.

Aula 10
Avaliação e entrega dos trabalhos.

PREVISÃO DE TRABALHOS DISCENTES

Um trabalho que valerá 6,0 pontos e outro que valerá 4,0 pontos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRESTI, A. **An introduction to categorical data analysis.** New Jersey: John Wiley & Sons, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: Informação e documentação: referências: elaboração.** Rio de Janeiro, 2002.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520: Informação e documentação: citações em documentos: apresentação.** Rio de Janeiro, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** Brasil: 2011.

BUSSAB, W. O. **Estatística básica.** Brasil: Saraiva, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas: 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

HILBE, J. M. **Practical guide to logistic regression.** Boca Raton: CRC, 2015.

JAMES, G. et al. **An introduction to statistical learning.** New York: Springer, 2013.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fonte de dados e aplicações.** Campinas: Alínea, 2017. 6ª Ed.

JANNUZZI, P. M. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil.** Revista do Serviço Público, Brasília, v.56, n.2, p.137-160, 2005.

KUHN, M.; JOHNSON, K. **Applied predictive modeling.** New York: Springer, 2013.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

WICKHAM, H. R **for data science: import, tidy, transform, visualize, and model data.** Canada: O'Reilly, 2017.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** Brasil: Bookman, 2014

Disciplina	Curso	Horas de aula	Total de encontros	Professor
Direito e Políticas Públicas	Especialização em Políticas Públicas	45	10	Dr. Luis Eduardo Morimatsu Lourenço

JUSTIFICATIVA

Sob perspectiva jurídica, é de praxe conceber as políticas públicas como meios para efetivação de direitos de cunho prestacional pelo Estado, sem embargo, por óbvio, da importância destas políticas para a efetivação de direitos não fundamentais, inclusive. Isto implica reconhecer nos Direitos Sociais e nos demais Direitos Fundamentais o objetivo final de grande parte das políticas públicas.

A CF/88 inaugurou um novo estatuto fundamental para uma cidadania carente de direitos: fez-se inserir no texto constitucional inúmeros comandos que demandam ação prestativa estatal. De fato, saúde universal, educação pública, assistência social, cultura, previdência social, meio ambiente, acesso à justiça, são todos eles comandos impostos pela Constituição.

O Poder Constituinte instituiu, ainda, o pagamento de tributos como aspecto essencial à dinâmica estatal. Ora, somente um juízo majoritariamente positivo sobre as políticas públicas estatais legitima, de fato, a arrecadação tributária e a existência da burocracia ela mesma. Um Estado em alguma medida intervencionista demanda maior preocupação e atenção às políticas públicas porque exigirá maiores recursos para implementar e concretizar suas ações.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Aliando procedimento histórico e sistemático, pretender-se-á apresentar os principais elementos que compõem a intersecção entre o campo jurídico e as políticas públicas, com especial ênfase sobre questões contemporâneas caras à administração pública em geral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01
Pressupostos teóricos, históricos e sistemáticos do desenvolvimento do constitucionalismo e da Teoria Geral dos Direitos Fundamentais (1ª parte).

Aula 02
Pressupostos teóricos, históricos e sistemáticos do desenvolvimento do constitucionalismo e da Teoria Geral dos Direitos Fundamentais (2ª parte).

Aula 03
Políticas Públicas sob prisma jurídico.

Aula 04
Mínimo Existencial, reserva do possível e prioridade orçamentária dos Direitos Fundamentais (1ª parte).

Aula 05
Mínimo Existencial, reserva do possível e prioridade orçamentária dos Direitos Fundamentais (2ª parte).

Aula 06
1ª avaliação.

Aula 07
Federalismo e Municipalismo na ordem constitucional brasileira.

Aula 08
Políticas Públicas e Direito Administrativo (1ª parte).

Aula 09
2ª avaliação.

Aula 10
Políticas Públicas e Direito Administrativo (2ª parte).

PREVISÃO DE TRABALHOS DISCENTES

Os alunos serão avaliados mediante duas avaliações dissertativas: a primeira valendo quatro pontos e a segunda valendo seis pontos. A nota final se dará a partir da média simples obtida a partir das duas avaliações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos Direitos Fundamentais.** São Paulo: Malheiros, 2017.

ARRETCHE, Marta. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

BARROSO, Luís Barroso. **Curso de Direito Constitucional contemporâneo.** São Paulo: Saraiva, 2013.

BINENBOJM, Gustavo. **Uma teoria do Direito Administrativo: Direitos fundamentais, Democracia e Constitucionalização**. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria Jurídica das Políticas Públicas.** São Paulo: Saraiva, 2021.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Malheiros, 2013.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; COELHO, Inocêncio Mártires; MENDES, Gilmar. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2008.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional.** Coimbra: Almedina, 1993,

CHRISPINO, Álvaro. **Introdução ao estudo das Políticas Públicas.** São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2016.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **A Constituição na vida dos povos.** São Paulo: Saraiva, 2013.

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. **Teoria Geral dos Direitos Fundamentais.** São Paulo: Atlas, 2014.

FONTE, Felipe de Melo. **Políticas Públicas e Direitos Fundamentais.** São Paulo: Saraiva, 2018.

FREY, Klaus. **Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil.** Planejamento e Políticas Públicas, [S. l.], n. 21, 2009. Disponível em: //www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89. Acesso em: 07 jan. 2022.

HESSE, Konrad. **Temas fundamentais do Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2009.

KELLY, John M. **Uma breve história da teoria do direito ocidental.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

MARINONI. Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel; SARLET; Ingo Wolfgang. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2021.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 2021.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo.** São Paulo: Malheiros, 2021.

MENDES, Gilmar; PAIVA, Paulo (orgs). **Politicas Públicas no Brasil: uma abordagem institucional.** São Paulo: Saraiva, 2017.

MIRANDA, Jorge. **Teoria do Estado e da Constituição.** Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

PINHEIRO, Luis Felipe Valerim. **Políticas Públicas nas Leis Orçamentárias.** São Paulo: Saraiva, 2015.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos Direitos Fundamentais.** Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2018.

SARMENTO, Daniel; DE SOUZA NETO; Cláudio Pereira. **Direito Constitucional.** Teoria, História e Métodos de Trabalho. Belo Horizonte; Fórum, 2012.

SUNDFELD, Carlos Ari. **Direito Administrativo para céticos.** São Paulo: Malheiros, 2017.

SILVA, Virgílio Afonso da. **Direito Constitucional Brasileiro.** São Paulo: Edusp, 2021.

_____. **Direitos fundamentais: conteúdo essencial, restrições e eficácia.** São Paulo: Malheiros, 2017,

_____. **A Constitucionalização do Direito.** São Paulo: Malheiros, 2008.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional.** São Paulo: Saraiva, 2012.

VALLE, Vanice. **Políticas Públicas, Direitos Fundamentais e Controle Judicial.** Belo Horizonte: Fórum, 2016.

Disciplina	Curso	Horas de aula	Total de encontros	Professor
Análise de Políticas Públicas	Especialização em Políticas Públicas	45	10	Me. Samira Saleh

JUSTIFICATIVA

Ampliar a capacidade de análise sobre as políticas públicas, incluindo uma perspectiva analítica anterior à sua execução e que se dê durante a sua construção, se mostra de fundamental relevância para que a a ação governamental seja efetivada de forma coerente e tenha maiores possibilidades de ser bem sucedida em seus objetivos.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar os fundamentos teóricos e as ferramentas para a análise da política pública a partir de sua construção, a fim de que o bom uso dos recursos públicos e o bem-estar da sociedade sejam priorizados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01
Introdução à Análise de Políticas Públicas e apresentação da disciplina.

Aula 02
As abordagens de análise de políticas públicas e sua interface com os modelos de políticas públicas.

Aula 03
A definição do problema a ser enfrentado pela política pública e a coleta de evidências acerca do contexto/problema a ser enfrentado pela política pública.

Aula 04
Definição de objetivos, público alvo e resultados esperados.

Aula 05
Desenho de política pública: metodologia do modelo lógico e análise SWOT.

Aula 06
A análise de políticas públicas no momento de criação, expansão ou aperfeiçoamento de políticas públicas: estratégia de monitoramento e controle de políticas públicas.

Aula 07
Análise de impacto orçamentário-financeiro da política pública atrelado a uma análise mais abrangente de custo-benefício da política.

Aula 08
Análise de impacto regulatório e legislativo da política pública.

Aula 09
Os desafios e os limites da Análise de Políticas Públicas.

Aula 10
Avaliação e entrega dos trabalhos.

PREVISÃO DE TRABALHOS DISCENTES

Os alunos serão avaliados por um trabalho em grupo que valerá 5,0 pontos e uma avaliação individual que valerá 5,0 pontos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L. **Trajetória recente da gestão pública brasileira: um balanço crítico e a renovação da agenda de reformas.** Revista Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 4, 2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Diretrizes para avaliação de impacto legislativo na Câmara dos Deputados.** Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/gestao-na-camara- dos-deputados/gestao-estrategica-na-camara-dos-deputados/arquivos-de-projetos- corporativos/ail/diretrizes-para-avaliacao-do-impacto-legislativo-das-leis. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Avaliação de Políticas Públicas: Guia Prático de Análise Ex Ante.** Brasília: IPEA, 2018.

BRASIL. Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão. **Manual técnico de orçamento.** MTO. Edição 2019. Brasília: 2019.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. A**córdão no 1.655, de 2017.** Brasília: TCU, 2017b. Disponível em: <https://goo.gl/sNM7bu>.

BRASIL. **Sistema Regulatório Brasileiro e Análise de Impacto Regulatório.** Disponível em: http://www.regulacao.gov.br/. Acesso em 10 de janeiro de 2022.

CEPAL – COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE; ILPES – INSTITUTO LATINOAMERICANO Y DEL CARIBE DE PLANIFICACIÓN ECONÓMICA Y SOCIAL. **Metodología del Marco Lógico.** Boletín del Instituto, n. 15, 2005.

CGU – CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. **Controle social: orientações aos cidadãos para a participação na gestão pública e exercício do controle social.** Brasília: CGU, 2012.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Como elaborar Modelo Lógico de programa: um roteiro básico.** Brasília: Ipea, 2007. (Nota Técnica, n. 2).

GERTLER P. J., MARTÍNEZ S., PREMAND P., RAWLINGS L.B. e VERMEERSCH C.M.J. **Avaliação de impacto na prática** – segunda edição publicado pelo Grupo Banco Mundial e BID (2018).

PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di. **Direito Administrativo.** 28 ed. São Paulo, Atlas, 2015.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-50, maio/jun. 2008.

Disciplina	Curso	Horas de aula	Total de encontros	Professor
Fundamentos de Políticas Públicas	Especialização em Políticas Públicas	45	10	Me. Suelem Lima Benicio

JUSTIFICATIVA

Compreender a política pública como um objeto de observação e análise dentro do campo científico permitirá ao conjunto dos estudantes a percepção de como se dá o funcionamento do Estado na perspectiva da garantia de acesso dos cidadãos e cidadãs ao conjunto de direitos que o Estado garantidor precisa entregar diariamente, bem como quais são os elementos que interferem nesse processo.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Fornecer aos alunos elementos conceituais que os permita entender os principais elementos do processo de formulação e implementação de políticas públicas, trazendo para a análise as vertentes políticas, econômicas e sociais envolvidas nessa dinâmica.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01
O surgimento do campo de políticas públicas; a multidisciplinaridade do campo; o conceito de política pública.

Aula 02
O ciclo de políticas públicas: Apresentação Geral.

Aula 03
Agenda e o Modelo dos Múltiplos Fluxos.

Aula 04
Formulação de Políticas Públicas e Tomada de Decisão.

Aula 05
Implementação de Políticas Públicas e Burocracia.

Aula 06
Avaliação de Políticas Públicas – Métodos Quantitativas e Qualitativos.

Aula 07
Prova dissertativa.

Aula 08
Federalismo e Políticas Públicas no Brasil.

Aula 09
Institucionalismo e Neoinstitucionalismo.

Aula 10
Advocacy Coalition / Orientações Trabalho Final.

PREVISÃO DE TRABALHOS DISCENTES

O conceito final tem como soma total o valor máximo de 10,0 pontos e será o resultado de:

- Atividades de Sistematização – 2,0 pontos
- Prova Dissertativa – 4,0 pontos
- Trabalho final – 4,0 pontos

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAPELLA, A. **Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de Políticas Públicas.** In HOCHMANN, G. (org.) Políticas Públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.

COHEN, Michael; MARCH; James; OLSEN, Johan. (1972). **"A Garbage Can Model of Organizational Choice."** Administrative Scienc

ETZIONI, Amitai. (1967). **Mixed scanning: a 'third' approachto decision-making"**. Public Administration Review, 27(5), december. In Heidemann, F. G.; Salm, J. F. (2010). **Políticas Públicas e Desenvolvimento. Mixed scanning: uma 'terceira abordagem da tomada de decisão.** Brasília: Editora UnB. Pp 219-232.

FARIA, Carlos (2013). **A multidisciplinariedade no estudo das políticas públicas.** In: Eduardo Marques & Carlos de Faria (orgs.). A política pública como campo multidisciplinar, São Paulo, Ed Unesp.

FREY, K. (2000). **Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil.** Planejamento e políticas públicas, 21, 211-259.

HALL, P. **Policy paradigms, social leaning and the State: the case of economic policy-making in Britain.** In: Comparative Politics, abril, 1993.

HAM, C. e HILL, M. (1993). **O processo de elaboração de políticas no Estado capitalista moderno.** Campinas, tradução: Renato Amorim e Renato Dagnino, adaptação e revisão: Renato Dagnino,

HILL, Michael. Implementação: In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). **Políticas Públicas – Coletânea Volume 2.** Brasília: ENAP. pp 61-

KINGDON, J. **Como chegar a hora de uma idéia?** In In SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). **Políticas Públicas – Coletânea Volume 1.** Brasília: ENAP. Kingdom, J. (1984). Agendas, alternatives and public policies. Cap. 1, 9 e 10

LESSA, Renato. **O campo da ciência política no Brasil: uma aproximação construtivista.** In: Carlos Martins (coord.). Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Política. 2010. pp. 13 –50.

LINDBLOM, Charles E. (1979). **Still Muddling, Not Yet Through. Public Administration Review**, 39 (6), Nov Dec, pp. 517-526. In Heidemann, F. G.; Salm, J. F. (2010). Políticas Públicas e Desenvolvimento.

LIPSKY, M. (1980). **Street-level Bureaucracy; Dilemmas of the Individual in Public Services**. New York: Russell Sage Foundation, Cap. 1 e 2.

LOBATO, L. **Algumas considerações sobre a representação de interesses no processo de formulação de Políticas Públicas.** SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas – Coletânea Volume 1. Brasília: ENAP. Pp.289

LOTTA, Gabriela. **O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade.** In: FARIA, C. A (org). Implementação de Políticas Públicas. Teoria e Prática. Editora PUCMINAS, Belo Horizonte, 2012.

MARQUES, Eduardo.(2013). **As políticas públicas na Ciência Política.** In: Eduardo Marques& Carlos de Faria (orgs.). A política pública como campo multidisciplinar, São Paulo, Ed Unesp.

MASSARDIER, G. **Redes de Política Pública**. In SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas – Coletânea Volume 1. Brasília: ENAP.

OLIVEIRA, Vanessa (2013). **As fases do processo de políticas públicas.** In: Vitor Marchetti (org). Políticas Públicas em debate, São Bernardo do Campo, MP Editora.

ROBERT SALISBURY – **"InterestGroups" in: N. Polsby & F. Greenstein (orgs.) - Handbookof Political Science, Vol. 4** – Boston: Addison-Wesley Publishing Co, 1975.

SABATIER, P. and WEIBLE, C. T**he advocacy coalition framework: innovations and clarifications.** In: Sabatier, P. (org.). Theories of the policy process. Cambridge: Westview, 2007.

SARAVIA, E. (2006). **Introdução à teoria da política pública.** In E. SARAVIA & E. FERRAREZI (Eds.), Políticas Públicas (Vol. 2, pp. 21-42). Brasília: ENAP.

SCHLAGER, E. **A comparison of frameworks, theories and models of policy processes.** In: Sabatier, P. (org.). Theories of the policy process. Cambridge: Westview, 2007.

SCHNEIDER, Ben Ross. **The Career Connection: A Comparative Analysis of Bureaucratic Preferences and Insulation.** Comparative Politics. Vol. 25. nº 3. 1993.

SECHI, Leonardo. (2013). **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**, São Paulo, Cengage Learning, 2ª edição.

SOUZA, C. (2006). **Políticas públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, 16, 20-45.

SUBIRATS, Joan. (1989). **El papel de la burocracia em el procesode determinación e implementación de las políticas publicas.** In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. (2007). Políticas Públicas – Coletânea Volume 2. Brasília: ENAP.Pp 113-126

TRUE, J.; JONES, B. e BAUMGARTNER, F. **Ponctuated-equilibrium theory: explaining stability and change in public policymaking.** In: Sabatier, P. (org.). Theories of the policy process. Cambridge: Westview, 2007

Disciplina	Curso	Horas de aula	Total de encontros	Professor
Avaliação de Políticas Públicas	Especialização em Políticas Públicas	45	10	Me. Danilo André Fuster

JUSTIFICATIVA

A guinada argumentativa e o papel da avaliação das políticas públicas têm ocupado lugar central no debate desde meados dos anos 1990, no cenário internacional e nacional. A compreensão teórica e metodológica de modelos avaliativos capazes de produzir análises sobre as políticas públicas, que destacam as transformações, reinterpretações, assim como críticas e limites têm sido apontados como fundamentais para um constante aprimoramento das ações do Estado.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

O objetivo é compreender o papel e a importância da avaliação no ciclo de gestão das políticas públicas para expandir e aprofundar o conhecimento institucional, apoiar a tomada de decisão governamental e fomentar o controle social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01
Apresentação da disciplina e introdução ao debate sobre avaliação de políticas públicas.

Aula 02
Introdução ao debate sobre avaliação de políticas públicas.

Aula 03
Indicadores Sociais: o que são e seus usos.

Aula 04
Estatística Básica: Descritiva, Correlação.

Aula 05
Estatística Básica: Probabilidade e Regressão.

Aula 06
Avaliação: Por que, para que e quando fazer?

Aula 07
Avaliação: Como avaliar?
Métodos Qualitativos: grupos focais, observação estruturadas e etnografia.

Aula 08
Avaliação: Como avaliar?
Métodos Quantitativos: métodos quase-experimentais e experimental.

Aula 09
Discussão sobre o uso e análise de dados.

Aula 10
Discussão sobre os conceitos apresentados na disciplina e apresentação dos trabalhos finais.

PREVISÃO DE TRABALHOS DISCENTES

O curso está organizado tanto em aulas expositivas dialogadas quanto em discussões em seminários acerca dos textos analisados ao longo do semestre. A avaliação consistirá em um trabalho final em formato de artigo acadêmico (80% da nota final) e de seminários orientados a estimular a reflexão e aproveitamento dos conteúdos do programa (20% da nota final).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRETCHE, Marta T. S. **Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas.** In: BARREIRA e CARVALHO (org.) Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001.

ARRETCHE, Marta. **Tendências no estudo sobre avaliação.** In: RICO, Elizabeth Melo (org.) Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001. p. 29-39.

BANCO MUNDIAL. **Monitorização & Avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens.** Washington DC, s/d.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. **Os debates teóricos e metodológicos no campo da avaliação.** In: Barreira, Maria Cecília Roxo Nobre. Avaliação participativa de programas sociais. São Paulo, Veras Editora, Lisboa, CPITHS, 2002.

BEZERRA, Walter Facó. **O Tribunal de Contas da União e a avaliação de programas públicos: considerações acerca da construção de modelos avaliativos.** Brasília: TCU, s/d.

BROUSSELLE A, CHAMPAGNE F, CONTANDRIOPOULOS AP, HARTZ Z, organizadores. **Avaliação: conceitos e métodos.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2011.

COSTA, Frederico L. da; CASTANHAR, José C. **Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos.** Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969- 992, set./out. 2003.

DRAIBE, S. M. **Avaliação de implementação: esboço de uma metodologia de trabalho em políticas públicas.** In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. C. B. (Org.). Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 13-42.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **A política da avaliação de políticas públicas.** Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-110, Oct. 2005.

HUFF, D. **Como mentir com estatística.** Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Monitoramento e avaliação de programas: uma compilação conceitual e metodológica para orientar a produção de conhecimento aplicado para aprimoramento da gestão pública.** In Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação de políticas públicas: reflexões acadêmicas sobre o desenvolvimento social e o combate à fome, v.1 – Brasília, DF, 2014.

_____. **Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil.** Revista do Serviço Público, [S. l.], v. 56, n. 2, p. p. 137-160, 2014.

NMF 2017: MENEZES FILHO, N; XAVIER PINTO, C. C. de (org.). **Avaliação econômica de projetos sociais.** 3a edição. São Paulo: Fundação Itaú Social, 2017.

RAMOS, Marília. **Avaliação de Políticas e Programas Sociais: aspectos conceituais e metodológicos.** Planejamento e Políticas Públicas. Brasília: IPEA. 2009.

SHIKIDA, ClaudioD.; MONASTERIO, Leonardo; NERY, Pedro Fernando(Org.). G**uia Brasileiro de Análise de Dados: armadilhas & soluções.** 1° edição. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública (Enap), 2021.

TRIOLA, Mario. **Introdução à Estatística.** 10a . ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

WHEELAN, Charles. **Estatística: o que é para que serve como funciona.** Trad. George Schlesinger. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

Disciplina	Curso	Horas de aula	Total de encontros	Professor
Controle Externo das Políticas Públicas	Especialização em Políticas Públicas	45	10	Me. Rosano Pierre Maieto

JUSTIFICATIVA

Desde o processo de redemocratização do Estado Brasileiro e a promulgação da Constituição de 1988, dita Constituição Cidadã, o Controle Externo, como concebido atualmente, tem tomado destacado protagonismo na revisão de políticas públicas desenvolvidas pelos demais Poderes da República. A reflexão acerca dos moldes de atuação do Controle Externo exercido pelo Poder Judiciário e pelo Poder Legislativo – via órgão autônomo chamado Tribunal de Contas – faz-se muito relevante, para que se possa compreender adequadamente seus objetivos, seus limites e suas potencialidades.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar fundamentos teóricos e normativos que permitam o conhecimento da estrutura e das formas de organização do Controle Externo das políticas públicas no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01
Apresentação da disciplina e Histórico do Controle Externo.

Aula 02
Controle Externo na Constituição Federal de 1988.

Aula 03
Controle Externo realizado pelos Tribunais de Contas (I).

Aula 04
Controle Externo realizado pelos Tribunais de Contas (II).

Aula 05
Controle Externo realizado pelo Poder Judiciário (I).

Aula 06
Controle Externo realizado pelo Poder Judiciário (II).

Aula 07
Outros atores do Controle Externo Institucional: Poder Legislativo e Ministério Público.

Aula 08
Controle Externo contemporâneo: Limitações, desafios e potencialidades.

Aula 09
Controle Externo e a Lei de Introdução às normas do direito brasileiro (LINDB).

Aula 10
Avaliação e entrega dos trabalhos.

PREVISÃO DE TRABALHOS DISCENTES

Os alunos serão avaliados por avaliação individual, de 5,0 pontos, e um trabalho final em grupo que valerá 5,0 pontos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Guilherme S. de, **"Protagonismo Judicial no Estado Democrático de Direito"**, in VirtuaJus, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, p. 82-101, 2° sem. 2019.

BALDO, Rafael Antônio **"A Contribuição das Auditorias Operacionais para o Controle Externo das Políticas Públicas"**, in Revista de Ciências do Estado – REVICE, Belo Horizonte, v. 3, n. 1, pp. 53-90, jan./jul. 2018.

BARBOZA, Estefânia M. de Q. et Kozicki, Katya, **"Judicialização da Política e Controle Judicial de Políticas Públicas"**, in Revisto de Direito FGV, São Paulo, pp. 59-86, jan./jun. 2012.

CAMBI, Eduardo **"Neoconstitucionalismo e neoprocessualismo: Direitos Fundamentais, políticas públicas e protagonismo judiciário"**, 2 ed., Ed. Revista dos Tribunais, São Paulo, 2011.

GRIN, Eduardo J. **"Controle Externo e Policy Making? Uma Análise da Atuação do TCU na Administração Pública Federal"**, in Textos para Discussão 2595, IPEA, Rio de Janeiro, 2020.

LEAL, Mônica C. H. et MAAS, Rosana H., **"Judicialização da saúde e controle jurisdicional das Políticas Públicas**, Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2020.

LIMA, Luiz H., **"Controle Externo Teoria e Jurisprudência para os Tribunais de Contas"**, 9 ed. Ed. Método, São Paulo, 2021.

RAMOS, Elival da S., **"Ativismo Judicial parâmetros dogmáticos"**, 2 ed., Ed. Saraiva, São Paulo, 2015.

SIMÕES, Edson, **"Tribunais de Contas Controle Externo das Contas Públicas"**, Ed. Saraiva, São Paulo, 2014.

TAPOROSKY, Barbara C. H. et SILVEIRA, Adriana D. **"A Judicialização das Políticas Públicas e o Direito à Educação Infantil"**, in EccoS – Rev. Cient., São Paulo, n. 48, pp. 295-315, jan./mar. 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, **"Projeto Integrar Propostas para o fortalecimento do controle externo de políticas públicas descentralizadas"**, Brasília, 2020.

Disciplina	Curso	Horas de aula	Total de encontros	Professor
Controle Social de Políticas Públicas	Especialização em Políticas Públicas	45	10	Dra. Antônia Conceição dos Santos.

JUSTIFICATIVA

A disciplina de "Controle Social e Instituições Participativas" trata de como a sociedade brasileira e as instituições políticas do país evoluíram a ponto da democracia representativa conviver com instrumentos participativos. Um marco desse processo, foi a promulgação da Constituição de 1988, que ampliou tanto os direitos sociais como também as possibilidades da sociedade ser incluída no processo de formulação, implementação e avaliação de políticas. Tal curso tem um enfoque nos conselhos de políticas públicas dentro do contexto do município de São Paulo, porém tantos os temas que serão discutidos como a formação oferecida é de interesse de diversos segmentos da sociedade, que porventura se interessem em compreender melhor os processos de cidadania e as características e desafios do Estado brasileiro.

OBJETIVO DA DISCIPLINA

Apresentar fundamentos teóricos e normativos que permitam o conhecimento institucional e legal e as formas de organização do Controle Social das políticas públicas no Brasil.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Aula 01
Políticas Públicas e Conselhos de Direitos.

Aula 02
Abordagem histórica sobre os Conselhos de Direitos no Brasil, sua institucionalização, legislação e funcionamento.

Aula 03
Democracia Participava e Representativa.

Aula 04
Controle Social e a função pública do conselheiro. Experiências no município de São Paulo.

Aula 05
Arranjos Institucionais, atribuições legais, estrutura e funcionamento dos conselhos.

Aula 06
Relação entre Estado sociedade civil e o aprofundamento da democracia participativa.

Aula 07
Desafios para o controle social das políticas públicas.

Aula 08
Avaliação.

Aula 09
Apresentação de trabalho.

Aula 10
Entrega das notas e fechamento da disciplina.

PREVISÃO DE TRABALHOS DISCENTES

Serão realizados dois tipos de avaliações. A primeira será uma avaliação na forma de questionário que corresponderá a até 60% da nota total. A segunda será na forma de um trabalho em grupo que corresponderá a até 40% da nota total.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Glaúcia Lelis. **Controle Social:** Expressão do Reformismo Conservador ou da Luta pelo Fortalecimento da Democracia? Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

Arendt, Hannah. **A condição humana.** Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2007.

BLIACHERIENE. Ana C; Braga Marcos. V. Azevedo de; Ribeiro. Renato J. B. **Controladoria no Setor Público.** São Paulo, Ed. Fórum, 2016, p. 255 – 268.

BLIACHERIENE. Ana C. **Controle da Eficiência do Gasto Orçamentário.** São Paulo, Ed. Fórum, 2016

BOITO JR., Armando. **Estado, política e classes sociais.** São Paulo: Unesp, 2007.

BORGES, Alice Maria Gonzalez. **Democracia Participativa.** Reflexões sobre a natureza e a atuação dos conselhos representativos da sociedade civil. Jus Navigandi, Teresina, a. 10, nº 917, 2006.

BORGES, Alice. Gonzalez. **Reflexões sobre a natureza e a atuação dos Conselhos representativos da sociedade civil.** Disponível em http://www.direitodoestado.com/revista/RERE-14-JUNHO-2008- ALICE%20GONZALEZ.PDF.

BRASIL. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.080/90**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 19 set. 1990. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 8.142/90.** 28 dez.1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Coleção Saraiva de Legislação. São Paulo: Editora Saraiva, 2013

BRAVO, Maria Inês Souza. Serviço Social e Reforma Sanitária. **Lutas Sociais e Práticas Profissionais.** São Paulo: Cortez, 1996.

_____. D**esafios atuais do controle social no Sistema Único de Saúde.** São Paulo: Cortez, 2007.

Bidarra, Zelimar. Soares. **Conselhos gestores de políticas públicas: uma reflexão sobre os desafios para a construção dos espaços públicos.** São Paulo: Cortez, Serviço Social e Sociedade, 2006, p. 41-58.

CAMPOS, Edval. Bernardino. **Assistência Social: do descontrole ao controle social.** São Paulo, Cortez, Serviço Social e Sociedade n. 88, 2006, p. 118.

CARVALHO, Antonio. Ivo. **Conselhos de Saúde no Brasil:** Participação Cidadã e Controle Social. Rio de Janeiro: Fase/IBAM, 1995.

CARVALHO, Gilson. **Observatório dos Direitos do Cidadão:** acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo. n. 17. São Paulo: Fundo Municipal de Saúde, Instituto Polis/ PUC-SP, 2003.

CAVALCANTE, Maria. L. S. **Ouvidorias Públicas: Conceito, Papel, Evolução e Qualidade no Controle Social.** Fortaleza, Revista Controle, Tribunal de Contas
do Ceará, v. XII, n. 2, 2014.

CONANDA. **Resolução 105 de 17 de novembro de 2005** – Parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos dos Direitos . Brasília: SEDH, 2005.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAHL, Robert. **Análise Política Moderna.** tradução Sérgio Bath. Brasília, Ed.UnB, 1981.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Participação popular na administração pública. In: **Revista Trimestral de Direito Público.** São Paulo n. 1, p. 127-139, 1993.

FERRAZ, Ana. R, F. **Cenários da participação política no Brasil: os conselhos gestores de políticas públicas.** São Paulo: Cortez, Serviço Social e Sociedade, 2006, p. 59 – 74.

FRASER, Nancy. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). **Políticas de cidadania y sociedade civil em tempos de globalización.** Caracas: Faces, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.

GORDILLO, Augustín. **La administración paralela.** Madrid: Civitas, 1995.

FALEIROS, Paula Vicente et al. **A Construção do SUS:** Histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

FILHO, Wilson R. F. **A importância do Plano Plurianual Participativo na Gestão Pública.** Revista Controle, Fortaleza, Tribunal de Contas, Ano 1, VII , n. 2.p. 147 – 164, Fortaleza, 2014.

FAORO, Raimundo. **Os donos do poder.** São Paulo. Saraiva, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Reivindicações Populares Urbanas.** São Paulo: Cortez, 1982.

_____. **Conselhos Gestores e Participação sociopolítica.** Coleção Questões da nossa época. Vol.84. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais.** Petrópolis: Vozes, 2004.

GONÇALVES. C.M B.; Ehrich, C. H. C. **Os Tribunais de Contas e as inovações no exercício do controle externo e o seu caráter preventivo.** Revista Controle, v. VII, n. 2. p. 395-413, Fortaleza, 2014.

GURZA, Adrian. Lavalle. **Após a participação: nota introdutória.** Lua Nova, v. 84, p. 13-24. 2011. . Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. Campinas: Opinião Pública, vol. 21, n. 1, abril 2015.

JACOBI, Pedro. Do autoritarismo à transição. In. Sader, Emir (Org.). **Movimentos Sociais na transição democrática.** São Paulo: Cortez, 1987. **Movimentos Sociais e Políticas Públicas.** São Paulo: Cortez, 1989.

JORGE, Eduardo. A mobilização instituinte (décadas de 1970 e 1980). In: FALEIROS, V. P. et al. (Orgs.). **A Construção do SUS** - histórias da Reforma Sanitária e do Processo Participativo. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

MARSHALL, Thomas H. **Cidadania, Classe Social e Status.** Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 33/93. Brasília, 1993.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 333.Brasília, 2003.

MOREIRA NETO, Diogo Figueiredo. **Direito da participação pública.** Rio de Janeiro: Renovar, 1992.

NOBRE JÚNIOR, Edilson Pereira. **Função Administrativa e Participação Popular.** Revista dos Tribunais (São Paulo. Impresso), v. Especial, p. 699-712,2012.

O'DONNELL, Guilhermo. **Accountability Horizontal e Novas Poliarquias.** Lua Nova. nº 44, p. 27-54, 1998.

PATEMAN, Carole. **Participação e Teoria Democrática.** Rio de Janeiro, Paz eTerra,1992.

PAZ, Rosangela Dias Oliveira. **Código de ética:** reafirmar a função pública de conselheiros e conselheiras. São Paulo: Cadernos ABONG, p. 92-95, 2005.

RAICHELLI, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social, caminhos da construção democrática.** São Paulo, Cortez, 2015.

ROUSSEAU, Jean Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdades entre os homens.** São Paulo: Martin Claret, 2005.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena:** experiência, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo - 1970-80. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

SANTOS, Antônia dos. Controle Social: **sua importância no binômino: políticas públicas e cidadania.** São Paulo, Escola de Contas Pública do TCM, n. 1, p. , 2016.

SANTOS, Antônia dos. Conselho Municipal de Saúde de São Paulo: **O Controle Social nas gestões de Celso Pitta e de Marta Suplicy.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo,2012

SCHWARTZMAN, Simon. **As bases do autoritarismo.** 4. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

SILVA, Ilse Gomes. **Democracia e participação na "reforma" do Estado.** Coleção Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2003.

TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos e a democratização das Políticas Públicas no Brasil. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TATAGIBA, Luciana. **Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate.** Revista de Sociologia e Política, n.25, Curitiba, 2005.

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global:** limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2006.

STUART, John Mill. Considerações **sobre o governo representativo.** Ibrasa,p. 34 – 124, São Paulo, 1995.

VIEIRA, Evaldo Amaro. **As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos.** Cortez, Revista Serviço Social e Sociedade, n. 53, São Paulo, 1997. p. 73.